

### 3

## As Políticas Públicas Educacionais: o discurso do acesso e democratização da educação superior

A educação faz parte dos direitos sociais e da cidadania. Os direitos sociais garantem aos cidadãos a participação na riqueza coletiva da nação e têm “como valor básico a justiça social ou a igualdade social como meta de uma democracia digna desse nome” (Barbosa, 2008 p.26). Dessa forma, cabe ao Estado investir na expansão da educação pública, gratuita e de qualidade como um direito universal da cidadania. Ainda segundo o autor,

[...] a Educação é uma condição fundamental para o bom funcionamento da Democracia. Cidadãos instruídos podem escolher bem melhor seus governantes, fazer protestos públicos e a crítica democrática aos abusos de poder, construir eficazes associações em defesa do meio ambiente e os partidos representativos de fato. Enfim, a Educação é um requisito para o pleno exercício dos direitos civis e da cidadania. A participação do indivíduo instruído tende a melhorar cada vez mais se compararmos com a participação do analfabeto, principal esteio das ditaduras ou dos populismos autoritários (Barbosa, 2008, p. 28).

Na perspectiva neoliberal, o acesso à educação é um bem necessário, ela se constitui em algo desejável e conquistável pela classe trabalhadora, pois esta vai se caracterizar como única forma de ascender socialmente, de ter uma oportunidade no mercado. A universidade se constitui na redução da relação educação-trabalho, a fórmula mágica: “educação para o emprego, sendo que neste contexto, a educação como direito social está associada a um conjunto de direitos econômicos, e a cidadania reduzida a uma mera reformulação teórica. O direito aqui é concebido na realidade como um privilégio, do qual goza uma minoria.

O acesso ao ensino superior no percurso histórico do povo brasileiro, conforme já indicamos no primeiro capítulo desta dissertação, tem sido dificultado por inúmeros fatores e entre eles destaca-se a desvantagem no trajeto da formação escolar entre os ricos e os pobres<sup>37</sup>. Para Galbraith (1996, p. 83), “os

---

<sup>37</sup> Pobres, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são pessoas que possuem rendimento familiar per capita mensal igual ou inferior a ¼ do salário mínimo, valor estabelecido pela chamada “linha de pobreza”(Rodrigues, 2007). Segundo Balsan, a história brasileira é marcada pela pobreza e pela desigualdade social. Os recursos destinados ao seu enfrentamento nunca foram suficientes para seu efetivo combate. BALSAN, Francys Layne,

pobres não têm o mesmo acesso às instituições públicas de ensino superior” em função de seus estudos na educação básica serem oriundas “de escolas primárias e secundárias inferiores e com falta de recursos [...]”.

De acordo com as ocorrências históricas, o sistema educacional<sup>38</sup> como parte da política pública dos governos democráticos tem seu surgimento no advento do Estado Moderno, no começo do século XIX. Segundo Giddens,

As escolas ajudam a fornecer as capacidades técnicas e sociais requeridas pela organização industrial, e inculcem o respeito pela autoridade e pela disciplina na forma de trabalho. As relações de autoridade e de controle nas escolas, que são hierárquicas e dão ênfase à obediência, são paralelas às que dominam o local de trabalho. As recompensas e os castigos usados nas escolas também são uma réplica do que se encontra no mundo do trabalho. As escolas contribuem para motivar alguns indivíduos para a “conquista” e o “sucesso”, enquanto desencorajam outros, que vão parar nos empregos fracamente remunerados. (Giddens, 2000, p. 500)

Assim, entende-se a educação moderna como resposta às necessidade do sistema capitalista resulta em competência, obediência ou submissão a serem usadas no mundo do trabalho . Esse pensamento tende a confrontar as metas buscadas pelas políticas educacionais e os resultados realmente atingidos.

A educação, como direito universal da cidadania, tem sido reiterada como uma ação pública de Estado, visando reduzir a pobreza e as grandes desigualdades sociais postas pelo capitalismo, dessa forma, permitindo a mobilidade ascendente do estrato social dos níveis mais baixos para os níveis superiores (Galbraith, 1997).

De acordo com Rodrigues (2008),

A partir da década de 90, com a implantação das políticas de ajuste neoliberal no Brasil, as relações de trabalho se reestruturaram e a pobreza passa a ser associada ao setor da informalidade, de menor rendimento, e ainda, tem como expressão os processos de terceirização de mão-de-obra que fundamentam a migração de trabalhadores de setores considerados formais para informais (RODRIGUES, 2008, p. 27).

Rodrigues, tomando por base Carneiro (2005) aponta os diferentes enfoques da pobreza no ajuste neoliberal:

1 – Enfoque monetário: pobreza como privação de renda;

---

Revista Internacional, disponível em: <http://www.iedc.org.br/REID/?CONT=00000211>. ACESSO em fevereiro de 2010.

<sup>38</sup> Sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina. (Saviani, 1999:119)

- 2 – Necessidade básica insatisfeita; acesso precário a bens de serviços;
- 3 – Capacidades: privação de capacidade dos indivíduos para ser e fazer coisas, que julgam relevantes;
- 4 – Exclusão social: aspecto das relações sociais, processos, pertencimentos, identidade, coesão social;
- 5 – Vulnerabilidade social: multidimensionalidade das privações, dimensões objetivas e subjetivas, noção de ativos e estratégias de respostas (Rodrigues, 2007 p. 28).

De acordo com Carneiro (2005) e Rodrigues (2008), as abordagens mais abrangentes sobre pobreza são as de exclusão social e vulnerabilidade social, pois estas consideram variáveis que ultrapassam as monetárias, considera-se aí, a condição da pobreza ligada ao acesso a serviços básicos (saúde, educação, moradia e saneamento) e ainda relacionada a processos de natureza psicossocial.

Nesse contexto, as políticas públicas necessitam se deslocar em função da sociedade e para a sociedade. No entanto, falar de políticas públicas vai além do discurso politicamente correto. Implica relações de poder, discursos e financiamento e requer elementos que garantam certa rentabilidade de seus investidores.

De acordo com esse pensamento, não se discute a democratização do acesso ao ensino superior, sem associá-la ao contexto capitalista neoliberal no país. Sem discutir a demanda de prioridades e políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior ou, ainda, sem perguntar: será que os termos acesso e democratização do ensino não estão carregados de ambiguidades? As práticas sociais movidas pelos projetos de assistência social, ou até mesmo pelo assistencialismo não têm conseguido sequer se instalar como medidas paliativas, já que há um enorme contingente de indivíduos carentes de políticas públicas que estão desvinculadas da ideia de **ter** em prol da ideia do **ser**.

Essas indagações orientam a buscar reflexões sobre os programas de acesso, permanência e democratização do ensino superior, mas ao mesmo tempo destacam uma preocupação importante, que se refere à comercialização do ensino superior com base na profissionalização do ensino superior, deixando de lado a pesquisa e a extensão.

Anderson<sup>39</sup> (1982) chama atenção para o fato de que a democracia para um bem comum demanda criação de espaços de discussão compreendidos pela sociedade que elege seus representantes, se isso não acontecer, configura-se certo

---

<sup>39</sup> ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

controle da população, um organizar da sociedade em função de alguns. Não podemos entender a democracia sem entender a história e as relações de poder que constituíram nossa sociedade e isso nos remonta ao feudalismo e até os processos de cidadania e democracia despertados na sociedade grega de nossa Antiguidade.

Óbvio que a presente discussão não visa discorrer sobre os clássicos, mas é necessário deixarmos claro que bebemos nessa fonte para compreender o hoje e os processos e programas e as demandas políticas para a educação e seu acesso ao ensino superior nos tempos atuais. Segundo Romanelli, (2010, p.19): “[...] a expansão do ensino e os rumos que esta está tomando só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político”.

A aceleração do ensino superior nos últimos anos, a emergência de programas e políticas de atendimento à sociedade, demonstram um país emergente, que acelera a formação de profissionais e regula a sociedade através de políticas de educação e assistência social. Partindo dessa idéia, concordamos com Rodrigues que na sua inquietação pergunta: “Se a educação e assistência são direitos constitucionais [...] em tempos neoliberais, como o Estado tem garantido para a classe-que-vive-do-trabalho o acesso ao ensino superior?” (Rodrigues, 2007, p. 52).

Assim, as políticas no ensino superior e seu discurso de acesso e democracia dependem de certa regulação de modo a cumprir o que estabelece a legislação do ensino, o atendimento ao mercado financiador, como atividade eficiente e eficaz, o consumidor e cliente da educação e permita um equilíbrio de forças entre a entidade mantenedora, mercado e o cliente de modo que todos se apresentem satisfeitos com o desenvolvimento e a “responsabilidade social”.

### 3.1

#### O acesso ao ensino superior no contexto atual: estratégias para a democratização do acesso ao ensino superior

Na área do acesso e democratização de ensino muito se discute sobre a reforma universitária instaurada no governo de FHC e dada continuidade no governo Lula. (Rodrigues, 2008).

Santos (2005) ao abordar o acesso ao ensino superior, com visíveis sinais de consternação, faz as seguintes considerações:

[...] a maior frustração da última década foi que o objetivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os factores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio. Em vez de democratização, houve a massificação, uma forte segmentação do ensino superior com prática de autêntico *dumping social*<sup>40</sup> de diplomas e diplomados, sem que nenhuma medidas *anti-dumping* eficazes tenham sido tomado. (Santos, 2005, p. 49)

Os critérios de acesso ao ensino superior, muitas vezes baseado no mérito acadêmico, marca da exclusão para muitos que impulsionados pela modernização econômica do país, buscam qualificação via ensino superior. A pressão pelo aumento de vaga e a pouca capacidade do segmento público para oferecer vaga, tem possibilitado a expansão do setor privado há muitas décadas.

Segundo o programa para educação, na Campanha Lula Presidente: “Uma escola do Tamanho do Brasil”, cuja apresentação tem a assinatura de Antônio Palocci Filho, coordenador do programa de governo em 2002, faz a seguinte afirmativa:

[...] Escolhemos esse título para nosso Programa na área de Educação porque ele expressa com exatidão a prioridade que essa política pública terá no Governo Lula.

Um país como o nosso, cuja população economicamente ativa possui, em média, apenas 4 anos de escolaridade tem obrigação de transformar essa situação se quiser construir soberanamente seu futuro.

As concepções, diretrizes e metas a seguir apresentadas representam o acúmulo que o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos da coligação têm nessa área, fruto da trajetória de lutas dos movimentos dos estudantes e trabalhadores da educação,

---

<sup>40</sup> Do que se vê, o dumping representa, por si só, uma prática prejudicial e, sem sombra de dúvidas, condenável, uma vez que tem como fonte principal, a prática desleal de comércio e o preço predatório, em prejuízo da dignidade da pessoa humana. <http://buenoecostanze.adv.br/index.php?> Acesso: 30.01.2011, as 13h05.

das experiências vivenciadas por nossas administrações municipais e estaduais e da atuação das nossas bancadas parlamentares. Pensar a educação como uma ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro é pensar numa Escola do Tamanho do Brasil. (Programa Lula Presidente, 2002)

No que concerne às políticas públicas para o ensino superior, o programa do governo Lula aponta que o baixo acesso a esse nível ensino (apenas 7,7% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos matriculados nas IES) assim como o crescimento das IES privadas em detrimento do reduzido crescimento das IES pública, resultam das políticas públicas de muitas décadas e mais agravadas nos dois mandatos presidenciais do FHC. Apontam, ainda que

O aumento no número total de instituições nos últimos oito anos foi de 38%, mas o setor privado cresceu 51%. O número de universidades federais (IFES) permaneceu estável no período, enquanto o das privadas cresceu 44%. Concluindo: as instituições de ensino superior (IES) privadas, que em 1994 correspondiam a 74% do total, em 2000 já correspondiam a 85%.

No mesmo período, o aumento total das matrículas foi de 02%, mas o do setor privado foi de 80%, e o do setor público de apenas 28%. A matrícula nas universidades cresceu 74% no total, mas 121% no setor privado e apenas 30% no setor público. Nesse período, as matrículas no setor privado cresceram duas vezes mais que as das estaduais e quase três vezes mais que as das federais. Segundo dados do Banco Mundial, já em 94 o Brasil situava-se entre os países do mundo com maior taxa de privatização da educação superior, no extremo oposto de países como França, Alemanha, Estados Unidos, Tailândia, México, Venezuela, Argentina, Honduras, Bolívia, Itália, Espanha, Quênia, Panamá, Áustria, Suécia, Paquistão, cujo montante de matrículas garantidas pelo poder público é superior a 75%. (Programa Lula presidente, 2002, p. 24)

O quadro acima apresentado concretizou-se pela redução de investimento em educação superior, perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados ao arrocho de salários e orçamentos. Como já abordamos, esse processo se evidencia com a ditadura militar, aprofunda-se com os ajustes do governo Collor e acelera-se nos dois mandatos presidenciais de FHC. Como se pode observar na abordagem de Silva Jr. e Sguissardi,

[...] o Brasil inicia um processo de ajustamento de seu projeto político nacional à nova ordem mundial. Esse movimento, que se acentua sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, expressar-se-á em todas as esferas da atividade humana, em particular na educação superior, mediante tentativa de reconfiguração desse espaço social, segundo a ótica e a racionalidade econômica. O capital procura reconfigurar tal esfera segundo seus objetivos e a sua lógica. (Silva Jr. e Sguissardi, 2001, p. 194)

As propostas apresentadas pela campanha de Lula estão, portanto, em consonância com ideias defendidas pelo partido que comanda o Poder Executivo. Registra-se, além disso, que os compromissos com a educação superior assumidos pelo governo Lula estão em sintonia com diversas ações previstas na LDB e no PNE, desde que sejam retomadas as propostas que foram vetadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quando da aprovação do PNE.

No sentido de promover a democratização do ensino superior, o governo federal tem lançado, nas últimas décadas, vários projetos e ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE<sup>41</sup>. Segundo Saviani,

No que se refere à educação superior, o Plano inscreve cinco ações: “FIES-ProUni”, que pretende facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao ProUni; “Pós-doutorado”, destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a chamada “fuga de cérebros”; “Professor Equivalente”, que visa facilitar a contratação de professores para as universidades federais; “Educação Superior”, cuja meta é duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais; e o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior. (Saviani, 2007, p. 1236).

O PDE<sup>42</sup> apresenta princípios alinhados com as concepções republicanas que objetiva a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assegura que o acesso à educação “de qualidade” pode reduzir as desigualdades sociais e regionais visto que não se pode construir uma sociedade livre, justa e solidária “sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito”. (PDE: razões, princípios e programas, 2007:6).

No que se refere ao ensino superior, o PDE norteia-se pelos seguintes princípios, que se complementam entre si:

---

<sup>41</sup> Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior. Clivagens essas reproduzidas entre bairros do mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do mesmo país. A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. (Brasil, MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, 2007, p.6)

<sup>42</sup> Aqui tratamos do PDE lançado pelo governo federal em 2007 (28.04.2007)

1. Expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional,
2. Garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade,
3. Promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica,
4. Ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do país, e
5. Desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da nação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabelece ações importantes para o ensino superior: O “FIES-ProUni”, com vista a facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao ProUni<sup>43</sup>; “pós –doutorado”, destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a que os profissionais precisem deixar o país (ou o estado) em busca de qualificação nesse nível de formação (o chamado “fuga de cérebros”); “Professor Equivalente” viabiliza a contratação de professores para universidades federais; Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>44</sup>, amplia o acesso ao ensino superior; Programa de Bolsa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID)<sup>45</sup> verba para apoiar a formação de professores da educação básica e antecipar dos graduandos no ambiente escolar; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>46</sup> distribuição de verbas para projetos de expansão e reestruturação das universidades<sup>47</sup>; o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior e, o ProUni anunciado pelo governo como

<sup>43</sup> As modificações no FIES-ProUni garantem aumento no número de jovens no sistema privado. (Caôn e Frizzo, 2009) disponível em [www.uftm.edu.br](http://www.uftm.edu.br), acesso em 4/05/2010 as 17h49.

<sup>44</sup> UAB criado em 2006, quando o governo federal implantou um sistema nacional de educação superior a distância com a participação dos estados e municípios. (Brasil, 2007)

<sup>45</sup> Cada projeto deve conter Plano de Trabalho e recebe investimento máximo de R\$ 1 milhão. (Brasil,

<sup>46</sup> O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI. (Brasil, MEC, 2007:27)

<sup>47</sup> O Reuni exige em contrapartida que as IES melhorem a qualidade dos cursos oferecidos, a infraestrutura física e os recursos humanos. (Brasil, PDE, 2007)

“carro-chefe” na democratização do ensino superior, como veremos a frente. Juntam-se a esses programas outras medidas das quais destacamos: programas de cotas, que visam a inserção de grupos minoritários com histórico de exclusão e o programa de pré-vestibulares gratuitos. (Brasil, 2007; Saviani, 2007)

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 10.172/2001) estabelece como meta aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010, o que torna altamente necessária a expansão de número de vagas no sistema de ensino superior. Tem entre seus objetivos e prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública. No entendimento de Rodrigues,

O PNE é um documento que responde aos compromissos firmados pelo Brasil, através de assinatura de declarações em Conferências Internacionais sobre Educação. No que se refere ao ensino superior, o PNE realiza um breve diagnóstico da situação brasileira. Em alguns momentos do documento é verificada a expansão do setor privado e a demanda por educação para alunos oriundo da população pobre, conluentes do ensino médio. (Rodrigues, 2008, p. 49).

As políticas públicas educacionais, nesse contexto, têm ampliado o acesso ao ensino superior, mas precisamos refletir as falas dos muitos autores<sup>48</sup> que questionam a efetividade dos programas vinculados a ideia de “instrumentos de democratização”, uma vez que a camada de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para se manter no ensino superior, mas de condições outras que possivelmente o setor público pode oferecer. No que diz respeito à qualidade do ensino que muitos desses jovens recebem, Catani e Hey refletem que,

[...] embora o acesso dos jovens à educação superior tenha se ampliado consideravelmente em cerca de duas décadas, a qualidade do ensino caiu, em função da falta de recursos para a expansão no setor público e em decorrência da não-dedicação da grande maioria de instituições privadas (setor que passou a ser o predominante) à pesquisa. (Catani e Hey, 2007, p.419)

Assim, ao pensar a ampliação do acesso ao ensino superior precisamos observar as questões e os debates que envolvem as políticas governamentais voltadas a este fim, em particular o ProUni, conforme abordaremos a seguir.

---

<sup>48</sup> Contribuem com o estudo os autores: Catani et al, 2006; Carvalho, 2006, Zago, 2006; Rodrigues, 2008; Faceira, 2009.

### 3.2 O Programa Universidade para Todos – ProUni

O ProUni, é anunciado, desde o seu início, como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira<sup>49</sup> e um dos pilares da reforma, em curso, do ensino superior. De acordo com Rodrigues (2008) e Carvalho (2006), o Programa visa à inclusão de jovens (na faixa etária de 18 a 26 anos) no ensino superior, conforme estabelecido no PNE- 2001.

Dessa forma, o presente item tem por meta fazer uma breve exposição sobre o referido Programa, apresentando o olhar de autores como Rodrigues (2008), Catani (2005, 2006, 2007), Hey (2006, 2007), Gilioli (2005), Carvalho (2006), Faceira (2009), Saviani (2007), Santos (2005), que fazem reflexão sobre o tema, com o objetivo de focalizar a discussão sobre o acesso e permanência dos estudantes que pertencem a classe-que-vive-do-trabalho no ensino superior, em especial na realidade manauara, no Centro Universitário do Norte (UNINORTE/Laureate<sup>50</sup>), instituição privada, que tem apresentado um forte crescimento no ingresso de alunos com adesão ao ProUni.

É importante registrar que o Programa terá seus reflexos no UNINORTE<sup>51</sup>, principalmente nos anos de 2009 e 2010, quando a Instituição apresentou um grande crescimento no número de matrículas nos diversos cursos que mantém, atendendo no primeiro semestre de 2010 o total de 25.500 alunos, dos quais 2.728 participavam do ProUni.

---

<sup>49</sup> Segundo Catani, Hey Gilioli, 2006, p. 126

<sup>50</sup> No ano de 2009, a UNINORTE passou a fazer parte do grupo LAUREATE. A Rede Internacional de Universidades LAUREATE. A Instituição se apresenta à comunidade acadêmica como a maior das instituições privadas de ensino superior em todo o mundo. Está voltada para motivar o indivíduo na busca do conhecimento, desenvolvendo o espírito de superação e êxito, com base em uma preparação integral, técnica e prática que lhe capacite para um trabalho de nível global cada vez mais competitivo, em que ele também pode realizar seus sonhos. Hoje a LAUREATE é uma rede mundial de 40 instituições credenciadas de educação presencial e a distância, oferecendo programas acadêmicos a mais de 500.000 alunos em todo o mundo. Está presente em 27 países e tem atualmente mais de 100 campus e sedes na América, Europa e Ásia. As Universidades da LAUREATE oferecem mais de 130 carreiras e programas nas áreas de engenharia, negócios, ciências sociais, educação, ciências da saúde, tecnologia, arquitetura e outros. Informações obtidas no site: <http://www.uninorte.com.br/laureate.html>. Acessado em 27/04/2011.

<sup>51</sup> No item 3, da presente dissertação, faremos uma abordagem mais focalizada no UNINORTE/Laureate.

O ProUni foi criado pela MP n. 213/2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda<sup>52</sup>, aos cidadãos portadores de deficiência e aos autodeclarados negros, pardos ou índios, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, categoria administrativa na qual se insere o UNINORTE/Laureate.

O ProUni é um Programa que está no âmbito das políticas de inclusão educacional, voltada para as pessoas de baixa renda, que se encontram à margem do processo da garantia de seus direitos. Faceira afirma que:

Nesse sentido, o ProUni consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no ensino superior e, conseqüentemente, contribuindo para a sua inclusão social. (Faceira,2009).

As Instituições de Ensino Superior que aderem ao Programa ficam isentas dos impostos e contribuições, tais como imposto de renda das pessoas jurídicas; contribuição social sobre o lucro líquido, instituído pela Lei n. 7. 689, de 15 de dezembro de 1988; contribuição social para Financiamento da Seguridade Social, instituído pela Lei Complementar n. 70 de 30 de dezembro de 1991 e contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970. Segundo Carvalho,

A concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de ensino superior em troca de renúncia fiscal surge acompanhada pela retórica de justiça social e da inclusão das camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo contingente de alunos de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior. O evidente respaldo da sociedade civil em busca do diploma de graduação é acompanhado pela pressão das associações representativas do seguimento privado. (Carvalho, 2006, p. 980).

A desigualdade educacional, como já abordado anteriormente, tem origem no processo histórico educacional do povo brasileiro. A forma como a escola focaliza a pobreza define o êxito ou fracasso do sistema educacional, visto que estudantes oriundos de famílias pobres têm as possibilidades de êxito nos estudos

---

<sup>52</sup> Segundo Abranches (1985), os programas governamentais para as populações de renda baixa no Brasil costumam demarcar a linha de pobreza em três salários mínimos.

diminuídas se forem aplicados os métodos tradicionais de ensino (Connell, 2007, p. 11).

O direito à educação, à igualdade de acesso, à democratização do ensino são conquistas relativamente recentes se considerarmos a história da sociedade brasileira. Podemos considerar que é um processo ainda em construção, uma vez que os direitos educacionais, garantidos constitucionalmente, ainda estão presos em burocracias, falta de incentivo, falta de formação profissional, dentre outros fatores que fazem com que o sonho de democratização do ensino ainda seja uma bandeira de luta, como Rodrigues (2008:54) afirma: “A desigualdade educacional é uma das questões mais pertinentes no se refere ao ensino superior.”

Segundo Carvalho (2006), em 2004, a população nacional que frequentava o ensino superior com faixa etária de 18 aos 24 anos era de 10,4%, traço da elitização desse nível de ensino. Para Rodrigues (2008) vários motivos contribuem para ingresso no ensino superior dessas pessoas após a juventude e dentre os motivos aponta: o abandono dos estudos na juventude para posterior retorno ou mesmo a busca de diploma para o desenvolvimento profissional.

No que tange à renúncia fiscal para contrabalançar a concessão de bolsas integrais ou parciais nas IES privadas, Ronaldo Mota, Secretário de Educação Superior, SESu/MEC, diz que “com atraso de 16 anos, foram reguladas pelo ProUni as isenções fiscais constitucionais concedidas às instituições privadas de ensino superior”<sup>53</sup>. Segundo o Secretário, até 2004 as IES sem fins lucrativos distribuía bolsas de estudos de acordo com seus próprios critérios, deixando, na maioria das vezes, de contemplar os alunos com bolsas integrais ou em cursos de alta demanda. Dessa forma, a isenção fiscal não implicava ampliação de acesso ao ensino superior.

Carvalho (2005) nos traz outra reflexão, que consideramos muito pertinente em face de trajetória da educação superior no Brasil. Para a autora, a retórica de conceder bolsas de estudos em contrapartida de renúncias fiscais é um discurso que “encobre a pressão das associações representativas dos interesses do seguimento privado, justificado pelo alto grau de vagas ociosas” nessas instituições (Carvalho, 2005:94).

---

<sup>53</sup> Revista ProUni, MEC/SESu, 01, 2008, disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 20.02.2011, as 16h20

No entendimento de Faceira (2006, p.10): “os estabelecimentos privados gozam de privilégio desde a sua criação, de imunidade fiscal, não recolhendo aos cofres públicos a receita tributária devida”. É certo que há requisitos restritivos previstos em Lei para que as entidades educacionais adquiram o direito à imunidade tributária, mas percebe-se na prática que a maior parte dessas instituições tem acesso ou já acessaram esse benefício (Carvalho, 2005).

Na percepção de Oliveira et al (2008), as políticas públicas, ou ação de Governo, de implementação de política social, repercutem em um movimento dinâmico no espaço e disposição dos atores sociais, foco da intervenção pública, provocando reações que levam a novas construções e efetivações de políticas favoráveis a deslocamento político no campo social. Para os autores,

No caso específico da reforma da educação superior, proposta pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva, nota-se que houve a sinalização de benefícios para os estudantes provenientes de escolas públicas, para as etnias sub-representadas nas universidades (negros e índios) e para os jovens pertencentes às camadas sociais mais empobrecidas. Isto é, iniciativas como o ProUni, a maior oferta de vagas no período noturno, as cotas para negros, índios e estudantes provenientes do ensino médio público, em potência, favoreceriam atores sociais coletivos que tradicionalmente estão distanciados da universidade pública. O ProUni ofereceu 118.078 vagas no ano de 2005 em 1.142 instituições de ensino superior particulares. Tal política pública beneficia dois atores sociais distintos. Em primeiro lugar, os alunos em potencial de seleção para ocupar essas vagas e, segundo, a esfera privada, que estaria aproveitando a ociosidade em sua estrutura e conquistando renúncia fiscal. (Oliveira, Catani et al, 2008, p.6)

Segundo notícia divulgada no portal do MEC<sup>54</sup>, o ProUni custou mais barato que o previsto, de acordo com o repórter Sandro Santos :

Um levantamento divulgado pela Secretaria da Receita Federal mostrou que a renúncia fiscal da União provocada pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) foi bem menor do que se pensava. Segundo a Receita, aproximadamente R\$ 105 milhões deixaram de ser recolhidos no ano passado, devido aos benefícios fiscais que as instituições particulares de ensino superior ganharam para oferecer bolsa de estudo.

Quando o ProUni foi instituído, o Ministério da Educação estimou que a União deixaria de arrecadar R\$ 197 milhões. De acordo com este cálculo, a verba seria revertida em bolsas de estudo a um custo 80% mais barato que o do Financiamento Estudantil (Fies), outro programa de inclusão no ensino superior do MEC. Ou seja, cada vaga representaria 20% do valor de uma vaga no Fies.

---

<sup>54</sup>MEC – Ministério da Educação. Portal Brasil. <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 14/fevereiro de 2011.

Com os dados da Receita, percebe-se que na verdade a renúncia fiscal do ProUni é de aproximadamente 10% do orçamento anual do Fies (R\$ 1 bilhão). “O custo é baixo e o benefício é muito grande”, afirma o diretor de Modernização e Programas do Ensino Superior do MEC, Celso Carneiro Ribeiro. Segundo ele, tais números são mais um exemplo de que o ProUni é um programa de muitos resultados e “custo muito baixo” para a população.

[...] Antes do ProUni, 85% do sistema privado de educação já tinha isenção de impostos. Com o programa, o processo ocorre de forma mais transparente, já que a renúncia fiscal é transformada automaticamente em vagas. Conforme estabelece a Constituição de 1988, as instituições filantrópicas devem aplicar anualmente pelo menos 20% da receita bruta em bolsas de estudo e assistência social de programas extracurriculares<sup>55</sup>. (Santos, <http://portal.mec.gov.br>).

O ProUni utiliza o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para seleção dos inscritos que poderão participar se obtiverem a nota mínima de 45 pontos na média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais no referido Exame.

As bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Dessa forma, os estudantes que alcançarem as melhores notas no Exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão. A seleção considera a renda familiar, por pessoa (até três salários mínimos) e, ainda, os seguintes critérios:

- Ter cursado o ensino médio completo em escola pública; ou,
- Ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral; ou,
- Ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na respectiva instituição privada; ou,
- Ser portador de deficiência; ou,
- Ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição pública e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia, cursos destinados à formação básica (neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada).

---

<sup>55</sup> Sandro Santos, Notícia extraída do Portal do MEC, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com>, acesso em 02/03/2011, as 10h01.

A renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam esse grupo familiar. Se o resultado for até um salário mínimo e meio, o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio e menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50% ou 25%. O Programa entende como grupo familiar, além do próprio aluno, o conjunto de pessoas residentes na mesma moradia do candidato que, cumulativamente, sustentem-se da renda bruta mensal familiar, tendo os seguintes graus de parentesco, em relação ao candidato: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro, companheira, filho, filha, enteado, enteada, irmão, irmã, avô, avó.

A respeito do critério com foco na renda familiar, Rodrigues (2006) nos remete ao recorte socioeconômico do ProUni ao fazer a seguinte reflexão,

[...] os critérios de acesso ao ProUni, estão relacionados “à renda familiar, confirmando assim o seu recorte socioeconômico, uma vez que, ocupa status de um Programa de Governo que promove o acesso de estudantes pobres, nas universidades privadas. (Rodrigues, 2006, p. 55)

Pelo perfil dos candidatos à bolsa integral do ProUni, do ponto de vista econômico, considerando a renda familiar de até um salário mínimo e meio, seria impossível o pagamento de mensalidades nas IES privadas e mais difícil ainda seria para a família com essa renda, investir na educação básica, na formação e/ou preparatório para os processos seletivos de ingresso em Universidades Públicas, cuja concorrência histórica é grande.

Dessa forma, Catani et al. tecem crítica ao Programa que é comumente apresentado como política pública, particularmente,

[...] por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. (Catani et al, 2006, p.136)

A bolsa atribuída aos estudantes via ProUni é de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa do Governo, mas usando do direito previsto pelo referido programa, o UNINORTE faz estudo documental da situação

scioeconômica dos candidatos, por meio de uma Comissão Interna, para fins de distribuição do percentual de bolsas integrais e parciais.

É importante informar que, quanto à manutenção da bolsa pelo beneficiário, o Art.2, parágrafo único, da Medida Provisória n. 213 que instituiu o ProUni, esclarece que “[...] observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação” respeitadas também as normas internas da instituição.

Segundo alguns autores, o ProUni promove uma política de acesso ao ensino superior, mas de permanência não. Para Mancebo, essa política tem se mostrado como possibilidade democrática de acesso a esse nível de ensino. A autora, ao abordar sobre a Reforma Universitária, destacava que “[...] um dos primeiros passos da Reforma Universitária seria a edição de medidas que, a um só tempo, suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior e não implicassem gastos para a União” (MANCEBO, 2004, p. 80). O ProUni insere-se nesse quadro, promovendo o acesso à educação superior com baixo custo para o governo. Corroborando essa reflexão Rodrigues ao destacar que:

Desta forma, o Governo segue a risca as políticas de ajuste neoliberal criando, em meio a efervescência de questões como a reserva de vagas no ensino superior público, o Programa Universidade para Todos – ProUni, desenvolvido pelo Ministério da Educação. (Rodrigues, 2008, p. 53)

O ProUni é um programa de bolsas que conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo (segundo informações do MEC, 2011). Além do ProUni, o Ministério da educação conta ainda com ações conjuntas de incentivo à entrada dos estudantes nas instituições de ensino superior, através do financiamento estudantil, que é o caso do FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao estudante financiar até 100% da mensalidade da faculdade. (MEC, 2011). Assim como o ProUni, o FIES atende a estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e que já estejam matriculados regulamente em instituições privadas, cadastradas no programa.

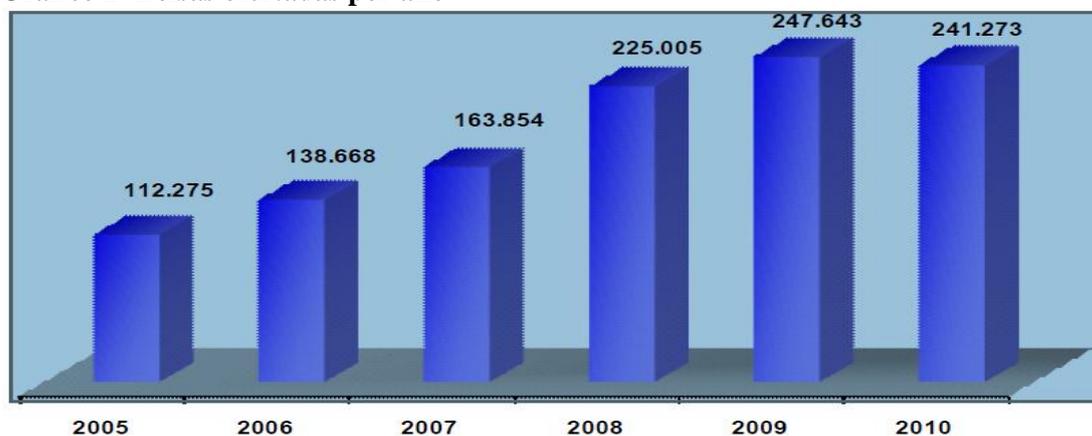
No período de 2004 a 2007, considerado pelo MEC como primeiro ciclo do ProUni (compreendidos os cinco processos seletivos), foram contemplados aproximadamente 310.000 (trezentos e dez mil) estudantes. Inicialmente 1.142

IES aderiram ao Programa que encerrou o ano de 2007 com a adesão de 1.400 instituições (MEC, 2008)

Segundo dados do Governo Federal, o ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2010, 748 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. (MEC, 2011)

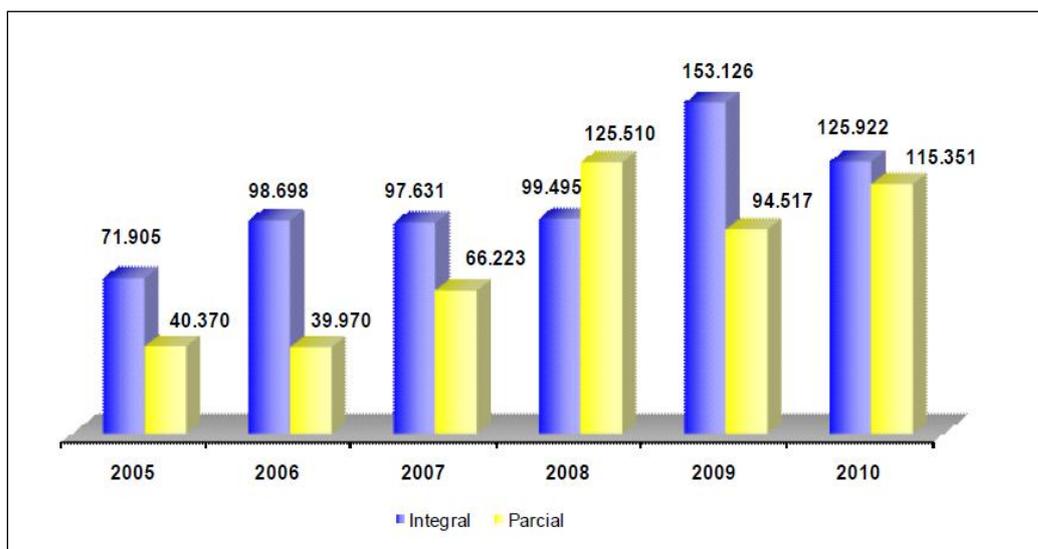
Os gráficos que apresentamos a seguir ilustram a crescente oferta de bolsas de estudos via ProUni no período de 2005 a 2010. No gráfico 1, apresenta-se a evolução de distribuição de bolsas sem discriminar a tipologia. Nele percebemos que, no primeiro semestre de 2010, há um decréscimo na oferta de bolsas na ordem de 6.376 bolsas.

**Gráfico 1- Bolsas ofertadas por ano**



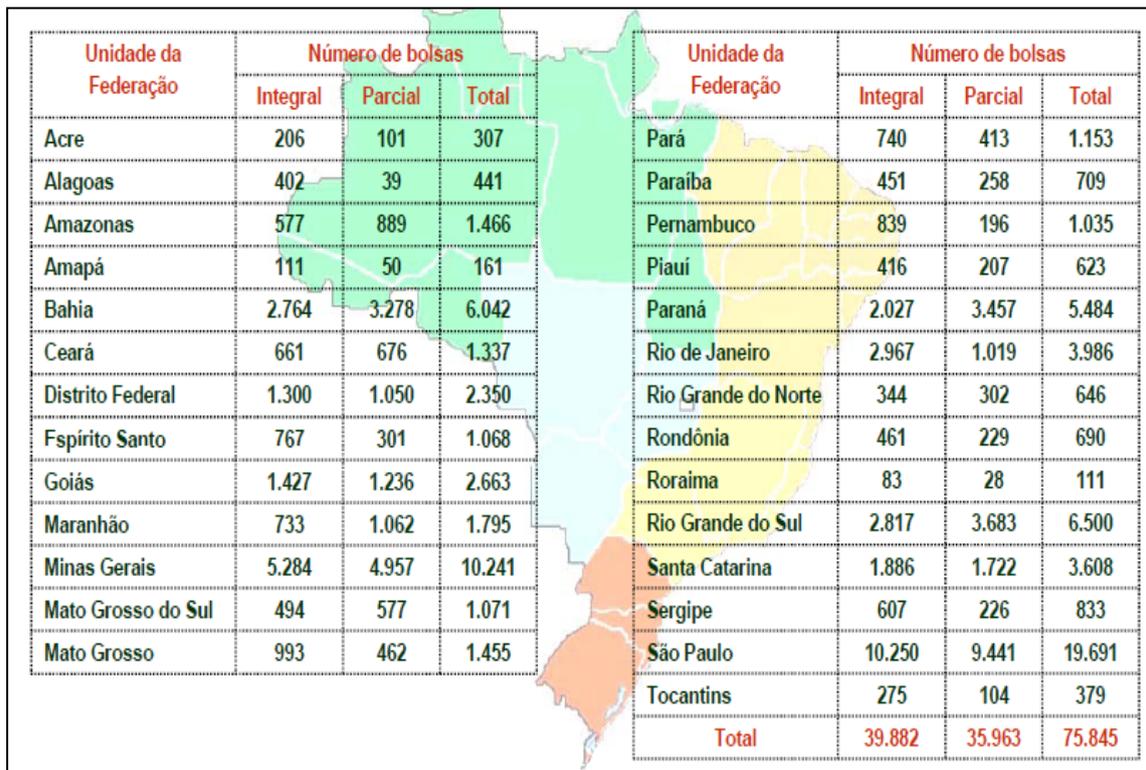
Fonte: SISPROUNI 05/10/2010.

No segundo gráfico, apresenta-se um dado significativo no decréscimo das bolsas integrais e crescimento nas parciais.

**Gráfico 2- Bolsistas do ProUni 2005 - 2º./2010**

Fonte: SISPROUNI 05/10/2010.

Na Tabela 2, abaixo, apresentamos a oferta das bolsas no primeiro semestre de 2010, por Unidade da Federação. Percebe-se que, para o Amazonas, o número de bolsas integrais totalizam 577, mais 889 parciais, totalizando 1.466 bolsas. Esse resultado coloca o Amazonas como o Estado que mais recebe bolsas na região Norte.

**Tabela 2- Número de Bolsas ofertadas pelo ProUni para o 2º. Semestre de 2010**


Unidade da Federação	Número de bolsas			Unidade da Federação	Número de bolsas		
	Integral	Parcial	Total		Integral	Parcial	Total
Acre	206	101	307	Pará	740	413	1.153
Alagoas	402	39	441	Paraíba	451	258	709
Amazonas	577	889	1.466	Pernambuco	839	196	1.035
Amapá	111	50	161	Piauí	416	207	623
Bahia	2.764	3.278	6.042	Paraná	2.027	3.457	5.484
Ceará	661	676	1.337	Rio de Janeiro	2.967	1.019	3.986
Distrito Federal	1.300	1.050	2.350	Rio Grande do Norte	344	302	646
Espirito Santo	767	301	1.068	Rondônia	461	229	690
Goiás	1.427	1.236	2.663	Roraima	83	28	111
Maranhão	733	1.062	1.795	Rio Grande do Sul	2.817	3.683	6.500
Minas Gerais	5.284	4.957	10.241	Santa Catarina	1.886	1.722	3.608
Mato Grosso do Sul	494	577	1.071	Sergipe	607	226	833
Mato Grosso	993	462	1.455	São Paulo	10.250	9.441	19.691
				Tocantins	275	104	379
				<b>Total</b>	<b>39.882</b>	<b>35.963</b>	<b>75.845</b>

Fonte: SISPROUNI 05/10/2010.

Em seguida, apresentamos um Quadro com a oferta de bolsas ProUni no primeiro semestre de 2009 nos municípios do Amazonas, onde se observa que dos 62 municípios amazonenses apenas 6 são contemplados com o Programa, dentre os quais se destaca Manaus, capital do Estado, com 2.165 bolsas .

**Tabela 3- Bolsas ofertadas no Município do Amazonas no Primeiro Semestre de 2010**

UF	CIDADES	NUMERO DE BOLSAS OFERTADAS		
		INTEGRAL	PARCIAL	TOTAL
AM	ANORI	5	-	5
AM	COARI	2	-	2
AM	LABREA	2	-	2
AM	MANAUS	1.083	1.082	2.165
AM	SÃO GABRIEL DA CACHEIRA	4	-	4
AM	TABATINGA	1	-	1

Fonte: MEC/SISPROUNI.

Rodrigues (2008), ao fazer reflexões sobre ensino superior e pobreza em tempos neoliberais, aprofunda a ideia da lógica neoliberal em vigor no Brasil uma vez que a mesma restringe a atuação do Estado na garantia dos direitos sociais. Rodrigues faz uma comparação, muito pertinente, entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o ProUni e conclui com a seguinte a seguinte reflexão:

[...] O PBF atua no campo da educação básica e o ProUni no campo do ensino superior. Ambos são programas focalizados, que respondem as exigências de acordos internacionais firmados para erradicação de índices considerados ‘baixos’ para um país de economia emergente. A reformulação das políticas sociais fez-se necessário para que o Brasil possa participar das agências de acordos de comércio o que promoveria crescimento econômico. Para isso países como o Brasil devem aderir à lógica neoliberal em vigor, transferindo a responsabilidade de garantir direitos pelo Estado, para a iniciativa privada, ou seja, do âmbito público para o privado, através de programas de transferência de renda, no caso da PBF, ou de incentivos ao acesso de estudantes de escolas públicas ou privada ao ensino superior como o ProUni. (Rodrigues, 2008, p. 42)

Assim, se não conseguirmos entender a importância de uma formação crítica, científica para os sujeitos que dependem desses programas de formação social corremos o risco de compartilharmos com a formação de marionetes para o cenário amazônico<sup>56</sup>.

Com base em Rodrigues (2008), entendemos que programas como o ProUni têm aspectos compensatórios e desta forma concordamos com Connel (2007) que, ao abordar a questão dos programas compensatórios na educação, diz que não importa o quanto os mesmos são bem projetados, mas precisam sobretudo ser “parte de uma agenda mais ampla visando justiça social na educação” (Connel, 2007, p. 38).

Assim, centralizando no nosso objeto, que é conhecer as estratégias usadas pelos estudantes, bolsistas ProUni no UNINORTE, para manterem-se e concluírem seus cursos, faremos no capítulo seguinte, uma reflexão sobre o discurso da democratização de acesso ao ensino superior via ProUni.

---

<sup>56</sup> Palco dessa pesquisa. O Estado do Amazonas, em razão de sua dimensão geográfica, consolida-se como um espaço continental que compreende 1.570.745 km<sup>2</sup>, representando 18,4% do território brasileiro, 31% da Amazônia brasileira e 40,7% da região Norte. Esse grandioso espaço tem aspectos de ordem econômica e social específicas, definidas em razão das calhas dos grandes rios como o Amazonas, Solimões, Negro, Juruá, Madeira e Purus, distribuídos nesse imenso espaço territorial. (Governo do Estado do Amazonas, Plano Plurianual, 2008-2011)

### 3.2.1

#### **ProUni: democratização de acesso ao ensino superior ou transferência de recursos para o setor privado?**

Antes de abordar o tema diretamente, algumas reflexões são necessárias para entendermos os programas de bolsa do governo para a educação. Conforme já abordado anteriormente, desde os finais da década de 1980 o Brasil está sobre a égide do neoliberalismo. Isso significa fronteiras comerciais livres e com instituições mais competentes e produtivas, impondo seus produtos e serviços. Para tanto, o Estado brasileiro se tornou Mínimo, deixando a mão invisível da economia agir livremente. A educação, obviamente pela sua importância, sofre com os efeitos da globalização.

O ProUni, por exemplo, segundo Rodrigues (2008, p. 58) “é viabilizado financeiramente através da renúncia fiscal, em uma prática instaurada desde a década de 90 em nome do controle do déficit público como uma das propostas para a realização do ajuste neoliberal”.

A partir da década de 1990, no Brasil, a educação ganha visibilidade como um serviço não exclusivo do Estado que por sua vez estabelece parcerias público-privadas para o funcionamento e a execução da política educacional brasileira. Na educação superior, será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado e reduzindo a alocação de verbas públicas para a política educacional. (Ney, 2008).

Esse contexto de 1990 é influenciado pelo Banco Mundial que passou a exercer influência direta na política pública educacional brasileira e o resultado dessa influência foi concretizado pelo sucateamento do segmento superior público. Segundo Araújo (2004, p.166): “Além das formas evidentes de sucateamento da universidade pública temos também uma privatização branca”. Esta pode ser ainda pior, porque se dá através de um processo que poucos percebem, causando impactos de grande significância. Segundo o próprio autor:

- a) transferência para a propriedade privada de estabelecimentos públicos (a privatização propriamente dita);
- b) cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (privatização implícita);
- c) reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços

publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (privatização por atribuição); d) financiamento público do consumo de serviços privados etc.

O que se observa é a liquidação da universidade brasileira, que se encontra hoje sitiada por sofrer assaltos externos e ameaças internas (Menezes, 2001). Bravo e Pereira (2008, p.36) reforçam esta ideia enfatizando que:

O excessivo gasto governamental com políticas sociais públicas é nefasto para a economia, porque gera déficit orçamentário, que por sua vez aumenta as taxas de juro e diminui a taxa de inversão produtiva. Conseqüentemente, tal déficit estimula o empréstimo do sistema bancário [...]. Para enfrentar esse problema, a única solução prevista seria cortar substancialmente o gasto público para liberar recursos para a inversão privada

É perceptível que as universidades federais tiveram seus orçamentos reduzidos, associados à compressão de salários e orçamentos, perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, em nome dos cortes de gastos públicos. A situação das universidades públicas se agrava ainda mais com a abertura do período noturno e com o aumento de alunos na sala de aula, sem a reposição adequada de funcionários e sem ampliação de suas estruturas (Carvalho, 2006)

Diante desse quadro, para os cofres públicos, investir no setor educacional privado significa apenas fazer um investimento que equivale a uma mensalidade do aluno. Assim, o governo federal não tem responsabilidade com a estrutura física da faculdade ou universidade, com o seu corpo docente ou com investimentos em programas de extensão e pesquisa. Se esta demanda (alunos que são contemplados com bolsas do governo) chegar à universidade pública, há que se contratar profissionais, investir no espaço físico, possibilitar programas de ensino, pesquisa e extensão, o que aumenta a responsabilidade do governo que se quer mínimo num contexto neoliberal.

Os traços da desigualdade presente nos indicadores educacionais brasileiros expressam a magnitude nas diferenças de condição dos estudantes quanto à escolarização, acesso e permanência nos mais diversos níveis de ensino e especialmente no ensino superior. Nos anos de 2006, 2007 e 2008 a escolaridade média de anos de estudo das pessoas de 15 anos a mais era de 7,2 (2006 e 2007) e 7,4 (2008) conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 4- Resumo de Indicadores de Escolaridades**

<b>Resumo de Indicadores de Escolarização</b>			
	2006	2007	2008
1- Média de anos de estudo de pessoas de 15 anos a mais			
20% mais pobre	4,9	4,8	5,1
20% mais rico	10,3	10,3	10,4
Total	7,2	7,2	7,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio 2006, 2007 e 2008

Os alunos com maior poder aquisitivo conseguem concluir a escolaridade em maior número que os da classe pobre. Podemos afirmar que há uma diferença de mais de 50% entre as duas classes econômicas. A desigualdade do rendimento familiar exerce forte influência na educação. Os resultados da escolaridade apresentados na tabela acima demonstram a reprodução estrutural da fragilidade social e a persistência das iniquidades no patrimônio educacional brasileiro, ligados diretamente com as injustiças e a desigualdade social. Segundo Morocini (2006, p. 45):

Se é verdade que a educação teve mérito para a classe média e alta [...] é também verdade que para os filhos da classe baixa trouxe apenas promessa. Estes, porque não conseguem nem vencer o elitismo do campo público nem pagar os preços dos campos privados, continuam em grande parte excluídos da educação.

No entanto, reconhecemos o avanço com relação ao acesso em todos os níveis educacionais. Com relação à distribuição de estudantes de 18 a 24 anos, no supracitado ano, no ensino superior, os mesmos passaram de 22,1% para 48,1%. (IBGE, 2010)<sup>57</sup>

Segundo o IBGE (2010), em relação à educação, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2010) mostra uma evolução entre 1999 e 2009, com o aumento do percentual de pessoas que frequentam instituições de ensino em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade (apesar de o rendimento familiar per capita ainda ser um fator de desigualdade no acesso ao ensino, principalmente nos níveis não obrigatórios - educação infantil, ensino médio e superior).

<sup>57</sup> As informações dos dados do IBGE, 2010, estão disponíveis em: [www1.ibge.gov.br/presidência/noticias/noticia\\_visualização.pho?id\\_noticia=1717&id\\_pagina=1](http://www1.ibge.gov.br/presidência/noticias/noticia_visualização.pho?id_noticia=1717&id_pagina=1), acesso em 14.03.2011 às 8h07.

De acordo com o Resumo Técnico do Censo do Ensino Superior 2008 (Versão Preliminar), divulgado pelo INEP, 1.936.078 novos alunos ingressaram na educação superior. O número de matrícula no referido ano foi de 10,6%, maior se comparado com 2007, com um total de 5.808.017 alunos matriculados em cursos de graduação presencial e a distância. (MEC/INEP, 2009, p. 28)

As diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) propõem a meta de alcançar o ingresso no ensino superior na ordem de 30%, de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até 2011. Segundo Giolo (2009, p 20), o PNE foi elaborado num momento de forte expansão do ensino superior e criou “uma ilusão quanto às possibilidades futuras desse ramo do sistema educacional brasileiro, e motivou a construção de metas inexecutáveis”.

Entendemos a complexidade da situação apresentada e as diferentes possibilidades de análise em que se entrelaçam desigualdade social, pobreza, discriminação de várias ordens, entre tantas outras advindas do ajuste neoliberal, que de acordo com Rodrigues (2008), ocasionaram o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas no campo da educação.

Nesse contexto, reconhecemos que os rebatimentos sociais da desigualdade se refletem na educação e entendemos que a evolução do acesso ao ensino para a camada pobre da sociedade, embora bastante tímida, tem sido crescente nos últimos anos. Assim, considerando que na sociedade atual, complexa e diversificada, a educação aparece como fator de empregabilidade e mobilidade social, e ainda de acordo com Freire (2002), a educação pode ser um fator estratégico na inserção sócio-profissional dos jovens e adultos nos países pobres ou ricos<sup>58</sup>.

É diante dessa realidade que se faz necessário refletir o quanto o ProUni se constitui em democratização de acesso ao ensino superior ou se se trata apenas de um programa de transferência de recursos públicos para o setor privado.

Segundo Carvalho (2006), o programa ProUni é acompanhado por um discurso de justiça social, que encobriu os interesses do segmento particular, justificado pelo alto grau de vagas ociosas. Dessa forma, esse Programa nasce priorizando as instituições particulares e criando condições para a sua sustentação

---

<sup>58</sup> No caso do Brasil, o aprofundamento de aspecto dual do financiamento (e da sociedade) do sistema de ensino (público e privado) torna evidente e acentua as desigualdades na formação dos jovens mais pobres da sociedade brasileira (Freire, 2002, Charlot, 2000).

financeira. Ao mesmo tempo, o Brasil mantém o incentivo recomendado pelo Banco Mundial ao setor privado. Nesse caso, vale salientar, que a política pública para o ensino superior, reafirma o já estabelecido desde o regime militar, ressaltando a eficiência e a produtividade das instituições privadas.

Machado (2004) explicita a respeito da formação de uma nova elite patronal da educação, investidores oriundos, inclusive de outros setores econômicos. Esses estariam se unindo aos já antigos e promissores empresários do ramo educacional. Para Machado (2004, p.152):

Nesse quadro, o destino da educação certamente se configura como ainda mais incerto, entregue às mãos dos vorazes empreendedores que darão um direcionamento essencialmente mercadológico ao ensino, contrariando os anseios da classe trabalhadora em obter uma educação voltada para uma formação emancipadora.

Mészáros (2008, p. 80) reafirma esse discurso quando enfatiza que:

Quanto mais avançada a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesmo e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma da privatização promovida como suposto zelo ideológico pelo Estado – para perpetuação da sociedade de mercadorias.

As condições reais da vida cotidiana da maioria das pessoas foram dominadas pelo capitalismo neoliberal. A educação não foge a esse contexto, pois há muito tempo esta vem se constituindo discriminadora e elitista. Esta é percebida como forma de ascensão social dominante. Nesse sentido, a educação sob a égide do capitalismo quer garantir aos indivíduos (embora de forma enganosa) o ingresso no mercado de trabalho, doutrinando os mesmos à ordem social vigente.

Uma vez entendido este significado, é preceito da educação fazer os indivíduos acreditarem neste sistema e buscarem cada vez se inserir neste processo. A partir desses ideais, é proclamada a Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>59</sup>, em seu artigo 26 que assinala: “Todo o homem tem direito à

---

<sup>59</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: file:///F:/Declaração Universal do Homem.htm, Acesso em 28.02.2011.

instrução. A instrução será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais [...] bem como a instrução superior está baseada no mérito”<sup>60</sup>.

No entanto, esse mérito, embora uma condição justificada como necessária, é insuficiente para atender ao objetivo de uma verdadeira democratização nesse nível de ensino, isso porque, por um lado, o mérito escolar depende de numerosos fatores, em especial os relacionados com a origem socioeconômica dos estudantes, por outro lado, porque a igualdade de oportunidade não deve referir-se apenas ao acesso ao ensino superior, mas também à permanência nele.

Ao falarmos sobre o princípio Constitucional que rege a educação como um direito de todos os brasileiros (art. 205 da CF/88), precisamos pensar sobre as condições oferecidas para que os estudantes tenham contemplado de forma real esse direito social.

Existe hoje no Brasil consenso sobre a evolução positiva da ampliação na educação básica, assim como é consenso a exclusão da escola de crianças na idade considerada própria<sup>61</sup>. A permanência dos alunos nesse nível de ensino tem se alongado por mais de doze anos. Isso tem se refletido nos demais níveis de ensino.

Segundo a Comissão Bicameral do CNE, apesar de ter havido significativa ampliação de oferta no ensino médio e razoável oferta no ensino superior, por fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, os estudantes não têm conseguido se manter e concluir o ensino, o que os faz voltar ao estágio anterior de baixa escolarização e, por conseguinte, a empregos informais ou que exigem pouca escolaridade, com baixos salários.

Nas últimas décadas, a participação e a ampliação de ofertas do ensino superior privado têm aumentado significativamente enquanto as ofertas no ensino superior nas instituições públicas tem tido um crescimento bem menor<sup>62</sup>. Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos

---

<sup>60</sup> Paulo Daflon Barrozo faz uma abordagem importante sobre o entendimento de mérito, no artigo “A ideia de igualdade na ação afirmativa”. In: Lua Nova (63). São Paulo: 2004. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 03.03.2011

<sup>61</sup> A Comissão bicameral do Conselho Nacional de Educação – CNE, em parceria com a Câmara de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados elaborou o documento que subsidia a construção do Plano Nacional de Educação – PNE, no qual expressa: “A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro. (BRASIL, 2009).

<sup>62</sup> De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais e 27,6% nas municipais. (BRASIL, 2009).

e Pesquisa – INEP (2009), o ensino superior brasileiro contava com 2.281 instituições, sendo 249 do setor público e 2.032 do setor privado.

No mesmo período, foi registrado um significativo aumento de 81% no número de matrícula nesse segmento, com destaque para as IES privadas com 101,4%, e dentre as públicas, as IES estaduais cresceram 45,1%. Esses dados confirmam um crescimento na ordem de 89% das IES privadas, enquanto nas instituições públicas foi de 10,9% (MEC/INEP, 2007).

Nesse contexto, apresenta-se como estratégia de expansão do ensino superior a partir de 2005, o Programa Universidade Aberta<sup>63</sup>, para o sistema público de ensino superior e o Programa Universidade para Todos – PROUNI para o privado. Ampliar o acesso e garantir a equidade na formação dos sujeitos, no panorama sócio-econômico-político brasileiro requer políticas sociais, aqui pensadas, como política “[...] surgida no hiato derivado dos desequilíbrios da distribuição, que favorecem a acumulação em detrimento das necessidades básicas e da igualdade”. (Abranches, 1985, p.50).

A estratégia governamental de democratização do acesso ao Ensino Superior, em especial no que diz respeito ao ProUni, tem recebido muitas críticas por representar o aprofundamento da privatização do Ensino Superior. Segundo Cattani (2006, p.136), o que o Programa oferece é “uma inserção precária dos pobres no espaço privado”. Muitas são as críticas feitas ao Programa, uns se posicionam contra a privatização do ensino superior e falta de investimento no ensino superior público, outros chamam a atenção para a política de acesso sem garantias da permanência e da conclusão do curso (Cattani, 2006; Leher, 2004; Carvalho, 2006).

Outra crítica que se faz presente quando se aborda o ProUni é quanto ao fato de ter havido acomodação e relaxamento do aparato da regulação estatal, traduzido na falta de sanções mais severas pelo descumprimento das regras estabelecidas e do lapso temporal da avaliação dos cursos, estimulando comportamentos oportunistas de várias instituições de qualidade duvidosa (Carvalho, 2006). Alguns cursos, mesmo avaliados como insatisfatórios pelo MEC, continuam a receber e oferecer bolsas do ProUni. Como o governo federal

---

<sup>63</sup> O Programa Universidade Aberta do Governo Federal integra as universidades públicas, com o objetivo de oferecer à população que tem dificuldade de acesso ao Ensino Superior, ensino por meio da metodologia de Educação a Distância.

“dá uma bolsa” ao aluno pobre para estudar em instituição privada, ele deve fiscalizar quem e como está sendo utilizado este recurso, afinal, o aluno está em uma instituição privada, mas a vaga é pública, está sendo paga com recursos públicos.

A ideia da democratização a partir do ProUni, pode ser contada através dos rearranjos que reduzem o acesso às universidades públicas e as mantêm em situação de precariedade enquanto o governo descentraliza sua responsabilidade e transfere-a para o setor privado, prestando um favor ao aluno, mas negando-lhe o direito de acesso e permanência na educação pública.

Apesar de comprovadamente contribuir com a ampliação do acesso ao ensino superior, muitos autores questionam a efetividade do Programa enquanto democratização da educação, em especial pelo acesso via sistema privado de ensino, o que tem dificultado a permanência desses estudantes nesse nível. Carvalho (2006 p. 994) contribui com essa discussão, ao dizer:

[...] Diante do quadro social e educacional deletério, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa.

O pensamento de Carvalho condiz com dez anos de experiência da mestrandia na coordenação do Curso de Pedagogia, no UniNorte, quando se observou a dificuldade de alguns alunos permanecerem no curso, mesmo recebendo a bolsa. Esses, ao desistir, alegavam que não tinham condições de manter-se na Instituição, pois precisavam de recursos para o transporte, para as cópias, para os livros, para a realização dos trabalhos, mas apesar disso, alguns encontram soluções paliativas para continuar no ensino superior, como: vendas de balas, lanche, roupas etc. mesmo sendo proibido pela instituição, havendo uma cumplicidade entre os alunos, que encobriam os colegas e não os denunciavam.

Como podemos observar a estratégia governamental de acesso dos estudantes pobres no ensino superior via ProUni, responde a um processo de implementação, no país, de políticas de ajuste neoliberal, que traz em seu bojo o sucateamento de políticas públicas de garantia de direitos e a transferência de responsabilidade pública para o privado, ou seja, para o mercado, desenvolvida através da renúncia fiscal concedida às instituições privadas. O acesso sem que

sejam consideradas as necessidades socioeconômicas dos bolsistas pode acarretar sérias implicações no desempenho acadêmico, pondo em risco a permanência desses alunos no ensino superior. Mas, vejamos no próximo capítulo como os alunos bolsistas ProUni do UNINORTE se posicionam a esse respeito.